

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.024 - RN (2018/0283610-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : TIBERIO CASSIUS MAIA ARAUJO
ADVOGADO : JOÃO VICTOR DE HOLLANDA DIÓGENES - RN007538

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 1.º, INCISO I, DA LEI N.º 8.137/1990 E ART. 168-A DO CÓDIGO PENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. APELAÇÕES ACUSATÓRIA E DEFENSIVA. PROVIMENTO PARCIAL. CRIME-MEIO E CRIME-FIM. CONSUNÇÃO. AFASTAMENTO. ABSOLVIÇÃO. DELITO-FIM. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. DOSIMETRIA. MANUTENÇÃO. PRESCRIÇÃO. MARCO INTERRUPTIVO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inexiste marco interruptivo da prescrição quando o Tribunal de origem, dando parcial provimento às apelações acusatória e defensiva, absolve o Agravado da prática do crime-fim, porém, entendendo que a absolvição não abrangeria o crime-meio, afasta o princípio da consunção e mantém, para o crime-meio, a mesma reprimenda que havia sido estabelecida na sentença para o delito-fim.

2. Só haveria marco interruptivo caso o acórdão tivesse condenado o Agravado por fato em relação ao qual a sentença o tivesse absolvido, situação diversa daquela retratada nos autos. O julgamento do Tribunal de origem, ao prover as apelações ministerial e defensiva, na verdade foi mais benéfico ao Agravado pois, além de manter exatamente a mesma pena aplicada na sentença, absolveu-o de uma das imputações que lhe haviam sido feitas na denúncia.

3. Em recurso especial, é descabida a análise de ofensa a dispositivos da Constituição da República, ainda que para fins de prequestionamento.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora